

João Ferreira de Almeida
«Quem faz o arraial é o povo»

José Barreto
Sobre as origens da contratação colectiva

Manuel de Lucena
A acção das federações de grémios da
lavoura

M. Eduarda Ribeiro e Judite Sarmento
Experiências de políticas dos rendimentos

Joaquín del Moral Ruiz
Repercussões em Portugal da independência
brasileira

Fernando Farelo Lopes
A «rendição» da cultura liberal



revista do gabinete de
investigações sociais

DIRECTOR:

A. Sedas Nunes

SECRETARIADO DE REDACÇÃO:

A. Sedas Nunes, Guilherme Valente, Manuel de Lucena

CONSELHO DE REDACÇÃO:

Fátima Patriarca, Jaime Reis, João Ferreira de Almeida, José Barreto,
José Manuel Rolo, M. L. Marinho Antunes, Manuel de Lucena, Manuel
Villaverde Cabral, Maria Eduarda Cruzeiro, Maria Filomena Mónica,
Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima, Mário Murteira.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE:

Gabinete de Investigações Sociais
Rua Miguel Lúpi, 18, r/c, 1200 Lisboa, Portugal
Telef.: 60 31 41/2/3

ASSINATURAS E DISTRIBUIÇÃO:

Rua do Quelhas, 6, 1200 Lisboa, Portugal
Telef.: 60 57 38

ASSINATURA ANUAL:

Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha: 320\$00
Outros países: U. S. \$ 20

PREÇO DESTE NÚMERO:

Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha: 120\$00
Outros países: U. S. \$ 8

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Gráfica Imperial, Lda.
Rua Feio Terenas, 31-A, 1100 Lisboa
Telef.: 84 44 09

B. N. L.

sumário

-2. MAR. 1931

DEP. LEG.

ARTIGOS

«Quem faz o arraial é o povo»: mudança social e mudança cultural

João Ferreira de ALMEIDA

O presente texto constitui parte de um trabalho mais amplo em que se procura analisar as estruturas e os processos sociais numa região do Noroeste português, em especial na freguesia de Fonte Arcada, do concelho de Penafiel. Região minhota de antigo povoamento denso e disperso, com elevadas taxas de natalidade, com fortes percentagens de jovens e de mulheres, aí foi sobrevivendo até hoje uma economia camponesa com alta incidência de arrendamento.

Mas a aparente constância das estruturas sociais em Fonte Arcada, dos seus regimes demográficos, da sua paisagem agrária, das suas formas produtivas, não deve fazer esquecer significativos aspectos de mudança em curso na freguesia.

E se as transformações nos grupos sociais tendem a associar-se a mudanças nas práticas colectivas e nas referências simbólico-culturais, então a análise da festa poderá contribuir para revelar tais mudanças.

Percorrendo algumas das manifestações festivas em Fonte Arcada, é a essa análise da festa que o autor procede neste artigo, partindo do princípio que as transformações ocorridas nos costumes e nas festas tradicionais, quando estas e aqueles ainda se mantêm, constituem um revelador importante da dinâmica global nos processos sociais locais.

Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal

José BARRETO

Este texto constitui a introdução a um próximo trabalho, em fase de conclusão, que terá por título «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal». Com efeito, os começos da contratação colectiva em Portugal ligam-se basicamente à acção prolongada, tenaz e esclarecida do operariado gráfico organizado: o primeiro contrato colectivo realmente merecedor dessa designação no nosso País foi obra de trabalhadores e patrões da indústria tipográfica de Lisboa. Após essa primeira tentativa, datada de 1904, outras surgiram, ainda no sector gráfico, para atingirem, enfim, os primeiros resultados de carácter duradouro, ainda que fragilmente institucionalizado, no final da primeira guerra mundial — em plena 1.ª República, pois.

O presente artigo procura estabelecer sucintamente a origem da instituição contratual na Europa nos planos social, económico, doutrinário e jurídico, para em seguida discutir a reivindicada introdução do contrato colectivo em Portugal pelo regime corporativo de Salazar.

No próximo artigo expor-se-á detalhadamente a actuação dos tipógrafos desde o início do liberalismo até à queda do regime republicano e começo da ditadura.



- 11458
- 713 **Sobre as federações de grêmios da lavoura: breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer**

Manuel de LUCENA

O presente artigo situa-se e deve ser lido na linha dos anteriores trabalhos do autor (ver *Análise Social*, n.ºs 56, 57 e 58) sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura. Primeiro, porque aborda um outro aspecto da mesma organização corporativa interessando o sector primário e pode, portanto, contribuir para a compreensão global do processo, ainda em curso, da sua extinção ou transformação. E, depois, mais precisamente, porque as federações de grêmios da lavoura (que, ao contrário das juntas e dos institutos, já foram extintas) põem duas questões primordiais cuja análise a história daqueles organismos também já suscitou:

a) A da estruturação das «forças vivas» a um nível já elevado (aqui o nível provincial ou regional) e dos critérios de representatividade a adoptar, implicando delicadas opções em matéria de repartição de funções e de relação com os poderes públicos.

b) A das complexas origens e incerto destino do que o autor designa pelo nosso capitalismo de Estado e para-estatal, que em parte se formou em organismos corporativos ou pré-corporativos ideologicamente orientados pela ideia de autodirecção da economia e aos quais se prometera virem a ser inteiramente independentes do Estado.

É no sentido de contribuir para o repensamento desta problemática que o presente artigo percorre a história em que se originaram os problemas actuais.

- 745 **Políticas de rendimentos: as experiências de alguns países industrializados**

Maria Eduarda RIBEIRO e Judice C. SARMENTO

A política de rendimentos adquiriu, desde há alguns anos, um significado mais amplo do que o de uma simples intervenção correctora dos efeitos sobre os rendimentos decorrentes do livre jogo dos mecanismos de mercado. Afigurando-se às autoras como as mais significativas experiências neste domínio levadas a cabo em países industrializados, procura-se apresentar neste texto uma breve panorâmica das políticas de rendimentos prosseguidas na Holanda, Grã-Bretanha e França, no período do imediato pós-guerra até 1979. As autoras descrevem sucessivamente, o contexto sócio-económico em que as referidas experiências tiveram lugar, as alterações institucionais que provocaram, os instrumentos técnicos a que recorreram, a respectiva articulação no contexto mais genérico da política económica, bem como a controvérsia que à sua volta se gerou.

A análise das dificuldades com que se debateram estas experiências, permite, a concluir o artigo, pôr a questão de qual a viabilidade da política de rendimentos num futuro próximo.

- 779 **A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época**

Joaquín del Moral RUIZ

Um factor externo — a influência (colonização) exercida pela Inglaterra em todos os níveis da vida nacional — e outro interno — a estrutura basicamente senhorial da propriedade agrária — são, na opinião do autor, os factores à luz dos quais deve ser analisado o problema do atraso industrial português verificado a partir da primeira metade do século XIX. Mas ao segundo factor indicado há que juntar outro, de ordem fundamental: a perda do mercado colonial brasileiro tornada realidade efectiva a partir de 1815. É que a tímida resposta ao repto dos novos tempos passou pelo restabelecimento privilegiado das transacções mercantis com a ex-colónia. À análise desta opção, tomada de preferência a outras — opção vigente até à segunda metade do século e que hipotecou o desenvolvimento do País a longo prazo —, constitui o objecto deste artigo.

ESTUDOS, NOTAS, OPINIÕES

A «rendição» da cultura liberal

Fernando Farelo LOPES

A teoria do duplo aspecto do Estado liberal (liberdades, democracia, por um lado, elitismo, autoritarismo, por outro) e dos seus «reflexos» nas ideias liberais é o quadro analítico estabelecido neste artigo como ponto de partida para um texto mais extenso (que será publicado num dos próximos números de *Análise Social*) em que o autor procurará interpretar o que considera serem os paradoxos do primeiro ideário do grupo *Seara Nova* (1921-26): conjugação de elementos de cariz democrático e de cariz antide-mocrático. Questão que se supõe estar longe de ter merecido uma resposta satisfatória nos escassos estudos consagrados a um grupo de tão raro nível intelectual no País.

Assim, este trabalho procura estabelecer sucessivamente: que o Estado liberal, pré-democrático, ou democrático, contém em permanência elementos de elitismo e autoritarismo; que as ideias políticas liberais «puras» — clássicas, ou neoliberais (primeira metade do século XX) — «reflectem» de modo vário, procurando legitimá-los, esses elementos elitistas e autoritaristas; que, sobretudo nas formações sociais capitalistas em que o autoritarismo se torna secundário, pode vir a verificar-se uma «rendição» das ideias liberais segundo formulações que não representando propriamente uma adesão teórica ao fascismo contrariam, no entanto, em certos aspectos básicos, as ideias liberais.

BIBLIOGRAFIA

Revistas

RESUMÉS/ABSTRACTS